

Estudo para integração do risco social aos riscos ambiental e financeiro na análise de crédito

Regis da Rocha Motta (UFRJ) – (21) 2562 8238 – regis@ind.ufrj.br

Guilherme Marques Calôba (UFRJ) – (21)2562 8238 –gcaloba@mail.com

Luyza Viana Pereira (UFRJ) – (21) 2562 8238 – lupereira@esdi.uerj.br

Adriana Mota Gonçalves (UFRJ) – (21) 2562 7780 / 2562 7848 – adrimg@centroin.com.br

Resumo

As empresas do século 21 têm uma tríplice agenda a ser perseguida: aspectos econômico-financeiros, ambientais e sociais. A avaliação de pedidos de crédito por bancos de desenvolvimento levará em conta, cada vez mais, essa tríplice agenda.

Dando continuidade à proposta de criação de uma avaliação integrada de risco, este artigo estabelece as bases para associar o risco social aos riscos ambiental e financeiro (objeto de artigo anterior referenciado). Nesse sentido, apresenta-se a concepção de uma metodologia para integração de fatores sociais na avaliação de risco de um determinado projeto.

Inicialmente, aborda-se a relevância da dimensão social para a empresa, depois se caracterizam alguns modelos de crédito existentes (financeiros e multi-critérios), para então apresentar um modelo embrionário. Apontam-se diversos órgãos, fundações e regras de conformidade que analisam questões sociais, no intuito de eleger indicadores para a composição do risco social. Finalmente, relata-se a importância da integração do risco social na análise de crédito.

Palavras chave: Risco econômico, Responsabilidade Social, Risco Ambiental.

1. Introdução

“Há progresso quando um canibal usa garfo?”, é a instigante pergunta de um livro *best-seller* (ELKINGTON, 1998). O capitalismo selvagem tem de dar lugar ao capitalismo verde (HAWKEN *et al*, 1999); a auditoria financeira, à de sustentabilidade; e a tradicional visão pura de negócios tem de incluir uma ética de responsabilidade social.

Organizações Não-governamentais já deram um passo à frente como representantes da sociedade. As autoridades governamentais, por sua vez, vêm restringindo sua área de atuação, seja por restrições orçamentárias, seja por se focalizarem apenas em suas atividades essenciais, seja ainda pela orientação de Estado mínimo e desregulamentação com privatização. A causa mais óbvia de mudança estrutural acelerada (turbo-capitalismo) é a retração do Estado numa escala global (LUTTWAK, 1999).

As ações das empresas na arena social começam a tornar-se imperativas, havendo necessidade de dar-lhes tanto visibilidade quanto publicidade, juntamente com as ações ambientais. Este trabalho propõe levar em conta essas ações de maneira efetiva, criando um critério de avaliação para analisar e julgar os fatos sociais vinculados à empresa e ao projeto. Lançam-se as bases de uma

metodologia para inclusão da esfera social na análise de pedidos de concessão de crédito a um Banco de Desenvolvimento ou Comercial (alterando a taxa de juros relacionada ao projeto).

O BNDES, por exemplo, tem taxas de juros preferenciais para determinadas regiões geográficas (Nordeste e metade Sul do Rio Grande do Sul). Tais áreas têm enormes problemas sociais e merecem menores taxas de juros, para incentivar novos projetos e criar empregos. Na metodologia proposta, por analogia, projetos cujos aspectos de alcance social têm equacionamento por parte da empreendedora poderão merecer tratamentos preferenciais, sendo penalizados aqueles projetos que não mitigam o impacto social de suas atividades.

2. Modelos de crédito

A concessão de crédito tradicional geralmente envolve modelos estatísticos e regressões, para a avaliação do potencial de inadimplência de um dado cliente, empresa ou projeto. Tais modelos se aplicam a dimensões extremamente diversificadas: desde o crédito pessoal, passando por créditos a pequenas empresas, chegando à avaliações de grandes empresas exploradoras de petróleo ou mineradoras, de porte mundial.

Um modelo para avaliação de empresas estuda indicadores advindos do balanço patrimonial e outras declarações contábeis, em termos de endividamento, lucratividade etc. Outro importante dado que compõe o modelo é o comportamento histórico da empresa, em outros empréstimos que possam ser solicitados. Em geral, um modelo de concessão de crédito possui três etapas:

1. *Scoring*: Consiste em gerar, a partir dos indicadores, histórico e outros dados, um número, o qual representará, para efeito do crédito, a pontuação da empresa;

2. *Rating*: Consiste em, através de uma tabela, transformar o *scoring* em uma classificação específica de risco de crédito, tipicamente entre AAA e D, sendo o *rating* AAA o melhor que uma empresa poderá alcançar, e D o pior, significando potencial de inadimplência muito elevado (MOTTA, CALÔBA, 2002);

3. Determinação da Concessão do Crédito: Caso o *rating* possibilite o empréstimo, é determinada uma taxa de juros, que será tanto menor quanto melhor for o *rating* da empresa.

2.1 Modelos de concessão exclusivamente financeiros

Alguns modelos de concessão de crédito utilizam análise discriminante (ALTMAN, 1968) e outras técnicas estatísticas, como análises *Logit* e *Probit* (NEVES, 1990); outros utilizam algumas técnicas de inteligência artificial, notadamente Redes Neurais, para classificar as empresas em conjuntos assemelhados, que receberão, então, o mesmo *rating*. Desta forma, passa-se ao largo da etapa de *scoring*. Há outras metodologias onde determina-se um *scoring*, um *rating* e uma taxa de juros para a concessão de empréstimos.

3. Modelos de Decisão Multi-critério

O uso destes tem como principal objetivo descentralizar a tomada de decisão. É criada uma fórmula simples, de uso um pouco complicado, com poucas indicações de como ser usada. Se necessário, dá-se treinamento sobre seu uso e, dessa maneira, tem-se uma ferramenta de gestão que qualquer um pode usar para tomar uma decisão, tornando o processo mais rápido.

Porém, podem ser destacadas deste modelo algumas desvantagens: a primeira delas é que se esta fórmula for tão simples como uma média aritmética ou ponderada estar-se-á simplificando em demasia, podendo-se incorrer em erros. Por exemplo: Será que se uma empresa poluidora possuir excelente planejamento de carreira e remuneração, um feito poderá compensar o outro? Ou ainda: é justo que a empresa anteriormente citada e uma outra empresa que trata devidamente os efluentes, mas não remunera adequadamente seus funcionários, nem possui plano de carreira, recebam a mesma avaliação?

3.1 Modelos de Decisão por circuitos transitivos

Este tipo de modelo de decisão é o que advém de funções aditivas ou multiplicativas, como é o modelo do risco ambiental e como será o modelo a ser desenvolvido para o risco social.

Ele supõe a transitividade dos critérios, ou seja, a resposta para a pergunta feita anteriormente é: sim, ou seja, uma nota ruim em um critério pode compensar uma boa avaliação em outro.

Porém, limites e ressalvas podem ser estabelecidos para que estes modelos funcionem adequadamente. No caso do risco ambiental, não é interessante para o banco que concede o empréstimo que o risco ambiental compense o risco financeiro, pois a possibilidade de inadimplência poderia ficar mascarada por uma boa conduta ambiental. Para evitar este tipo de problema, estabeleceu-se prioridade para o risco financeiro, de modo que a pontuação do risco ambiental somente será usada se ela for menor que a do risco financeiro, não podendo, dessa maneira, aumentar a pontuação total; somente penalizar.

3.2 Modelos de Decisão por circuitos intransitivos

Este tipo de modelo de decisão é o que mais se assemelha às decisões reais. Por hipótese, todas as conseqüências de uma ação são conhecidas e representáveis por indicadores.

Realiza-se um conjunto de ações possíveis e, através de um conjunto de critérios para julgá-las, elas são associadas a estados futuros. Estes critérios são representados por indicadores. Depois, é definido se a família de critérios criada é coerente. Para tanto, analisa-se se ela possui os conceitos de:

- Exaustividade: nenhum critério importante foi esquecido;
- Não-redundância: nenhum critério pode ser retirado sem prejuízos ao modelo;
- Coesão: o papel isolado de um critério é o mesmo que ele exerce dentro do conjunto.

Se a família de critérios criada possui estas características, pode-se dizer que os critérios são intransitivos, ou seja, é respeitada a integridade de cada critério; um não pode compensar outro. Preenchidos estes requisitos, podem-se usar modelos de decisão multi-critério baseados em lógica *Fuzzy*, como o Modelo COPPE-Cosenza de hierarquia *fuzzy* (TOLEDO e COSENZA, 2003), ou baseado em Teoria dos Grafos (BOAVENTURA, 1996).

O resultado deste tipo de análise não é uma rigorosa classificação de prioridade/preferência das ações, mas a separação em grupos por ordem de preferência.

4. Acrescentando a dimensão ambiental

Inicialmente, foi feito um trabalho para um Banco de Desenvolvimento por alguns dos autores deste texto (MOTTA, CALÔBA, 2003) e contou com sugestões da equipe da Empresa de Consultoria contratada e pessoal do Banco, o qual acompanhou o trabalho e criticou os relatórios, desenvolvendo um sistema que integra a dimensão ambiental à análise de risco para concessão de crédito (MOTTA et al, 2002).

As premissas da metodologia consideram que a dimensão ambiental só terá efeito caso o risco ambiental seja maior que o risco financeiro. Caso contrário, o risco financeiro prevalecerá.

A metodologia de pontuação foi dividida em duas fases. Na primeira fase, são avaliados três elementos: empresa; tipo de empréstimo; e empreendimento ou projeto. Cada um desses elementos é associado a uma pontuação específica. Na segunda fase, uma alíquota é determinada para que uma fração da diferença entre a pontuação financeira e ambiental seja aplicada, penalizando-se, assim, a avaliação de crédito devido ao risco ambiental.

Toda pontuação para efeito do *rating* será compreendida em um intervalo entre 10 e 30 pontos, sendo este último equivalente à pontuação máxima AAA. Melhores *ratings* recebem taxas de juros menores. As taxas aumentam progressivamente até o *rating* C. Nega-se crédito para D.

5. Introduzindo a dimensão social

A dimensão social será avaliada através de uma pesquisa qualitativa dos diversos indicadores sociais de importantes fontes: órgãos de pesquisa; empresas; regras de validade nacional e internacional. Busca-se neste elenco os índices mais adequados à finalidade deste trabalho.

Desse modo, obtém-se uma pontuação que significa aumento ou permanência das taxas de juros, de acordo com as ações da empresa e do projeto para com a sociedade. Projetos economicamente viáveis e corretos em termos ambientais poderão ser beneficiados na avaliação do pedido de crédito pelo Banco de Desenvolvimento, desde que apresentem boa reputação “ética”, em termos sociais. Os investidores institucionais e privados também priorizam alocação de capital em tais projetos, dando-lhes uma vantagem verdadeiramente competitiva (CANUTO, 2001). Toda pontuação para efeito do *rating* será compreendida em um intervalo entre 10 e 30 pontos, sendo esta última pontuação correspondente à máxima: AAA.

A metodologia de pontuação foi dividida em duas fases. Na primeira, são avaliados a empresa e o empreendimento ou projeto. A avaliação da empresa será feita por indicadores sociais, tomando-se a roda da estratégia como contraponto (MOTTA, CALÔBA, 2003). Uma série de dimensões sociais é selecionada e seus indicadores são pontuados e ponderados conforme sua importância relativa, resultando uma média ponderada. A do projeto será feita por uma matriz composta por possíveis impactos sociais existentes e mitigações opcionalmente efetuadas em relação a eles. Ao conjunto desses elementos, é associada uma pontuação específica. Por exemplo, se todos os impactos forem mitigados, a pontuação é máxima. No outro extremo, a pontuação é mínima.

Na segunda fase, uma alíquota é determinada para que uma fração da diferença entre a pontuação financeira e a social seja aplicada, penalizando-se, devido ao risco social, a avaliação de crédito.

6. Pesquisa e metodologia

A primeira parte da pesquisa consiste na busca de indicadores sociais pertinentes, viabilizando uma pontuação para a empresa. Utilizaram-se diversas fontes consideradas mais importantes no cenário, que serão descritas posteriormente, a saber: Instituto Ethos; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); e Observatório Social. Além disso, serão incorporados princípios e normas de conformidade e excelência internacionais: SA(*Social Accountability*) 8.000 e Princípios do Equador. As normas de conformidade estabelecerão requisitos mínimos para a concessão do empréstimo, não sendo concedidos empréstimos a projetos não conformes.

A metodologia que aborda a questão social obedece às mesmas regras da dimensão ambiental. Considera-se que a dimensão social só terá efeito caso o risco social seja maior que o risco financeiro. Caso contrário, o risco financeiro prevalecerá, ou seja, não haverá transitividade entre as três dimensões principais -a financeira é soberana-, pois não será implementado um projeto apenas com base em seus benefícios sociais, caso seu Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) apresente resultados sem atratividade para o empreendedor.

6.1 Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial é uma associação de empresas sem fins lucrativos destinada a fomentar o desenvolvimento da cidadania empresarial, sensibilizando e mobilizando esta classe, numa perspectiva local e global, a fim de assumir a promoção do desenvolvimento econômico com responsabilidade social e o desenvolvimento de atividades relacionadas à responsabilidade social.

As empresas associadas ao Instituto submetem-se a constante processo de aperfeiçoamento, com uso de indicadores Ethos que analisam as práticas de responsabilidade social, além de propiciar um monitoramento do desempenho geral da empresa. Sendo garantida a confidencialidade das informações obtidas, os filiados ao Instituto utilizam tal ferramenta para uma auto-avaliação das suas políticas, atividades e estratégias relacionadas à responsabilidade social.

As temáticas abordadas nos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social são: **Valores e Transparência; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores e Clientes; Comunidade; e Governo e Sociedade.**

6.2 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

Esta instituição é uma organização da sociedade civil que foi liderada pelo já falecido sociólogo Herbert de Souza, o *Betinho*, a qual tem como principal objetivo tornar públicas as questões referentes à responsabilidade social, contribuindo para a conscientização e formação de mentalidade do empresariado e da sociedade. O IBASE produz modelos de Balanco Social (registro das suas ações voltadas para responsabilidade social) e é responsável pelo Selo Balanco Social/Betinho, conferido às empresas que preenchem satisfatoriamente o Modelo de Balanco sugerido pelo IBASE.

Em estudos sobre esse Balanco, verifica-se que seu objetivo é ser um instrumento para avaliar e julgar atos sociais vinculados à empresa, tanto no seu interior (empresa e funcionários) quanto no seu exterior (empresa e comunidade).

O IBASE divide as empresas em grandes empresas; pequenas e médias empresas; instituições de ensino; fundações e organizações sociais. A divisão dos indicadores em capítulos para pequenas e médias empresas é: **indicadores sociais internos; sociais externos; ambientais; do corpo funcional e informações relevantes**. De modo a evitar polêmica, foram descartados itens relativos à segurança do trabalho, política de promoções, condições de higiene, discriminação etc.

5.3 Observatório Social

O Observatório Social é uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil, em parceria com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e Rede Inter-Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Sua meta é gerar e organizar informações consistentes sobre o desempenho social e trabalhista de empresas no contexto de adoção de cláusulas sociais e ambientais nos acordos de comércio internacional. Atua na fiscalização de empresas no que se refere ao cumprimento das leis trabalhistas (CORTEGIANO, 2003).

A metodologia de estudo adotada pelo Observatório Social consiste no levantamento de informações divulgadas em meios de comunicação, relatórios internos da empresa e entrevistas com trabalhadores. Publicam-se informações referentes ao controle acionário e histórico da empresa, denúncias em relação ao meio ambiente e questões trabalhistas.

Os temas usados pelo Observatório Social são: **liberdade sindical; negociação; trabalho infantil; trabalho forçado; discriminação de gênero e raça; saúde e segurança do trabalho e meio ambiente**.

5.4 SA 8.000

A SA (*Social Accountability*) 8.000 é uma Norma Internacional baseada nos princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estabelece padrões de ações e atividades passíveis de auditoria relacionadas à Responsabilidade Social para todos os ramos e negócios.

São abordadas as seguintes questões: **os direitos fundamentais da OIT, práticas disciplinares (punições corporais, coação física ou verbal com os empregados etc.), horários de trabalho, remuneração e sistemas de gestão**.

5.5 Princípios do Equador

Os Princípios do Equador foram divulgados por várias das maiores corporações bancárias mundiais. Definiram-se as diretrizes do envolvimento desse segmento com a temática do risco ambiental e social. As idéias abordadas pelos Princípios são:

- Cumprimento das leis e regulamentações do país que abrigará o projeto;
- Desenvolvimento sustentável e uso de recursos naturais renováveis;
- Proteção à integridade física do homem, características culturais, biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis;
- Uso de substâncias perigosas;
- Grandes danos ou acidentes;

- Saúde e segurança ocupacional;
- Prevenção contra incêndio e segurança vital;
- Impactos sócio-econômicos;
- Compra e uso da terra;
- Re-assentamento involuntário;
- Impactos em populações indígenas e comunidades;
- Acumulação de impactos de projetos existentes, do projeto proposto e antecipar o de projetos futuros;
- Participação das partes afetadas na elaboração, revisão e implementação do projeto;
- Considerações sobre a viabilidade ambiental e as alternativas preferíveis socialmente;
- Eficiência na produção, na entrega e no uso da energia; e
- Gerência de prevenção da poluição e minimização do desperdício, controle da poluição (efluentes líquidos e emissões de gás) e resíduos sólidos e químicos.

A categorização dos projetos nos Princípios do Equador é:

Categoria do Projeto	Descrição
Categoria A	Grande quantidade de impactos sociais considerados irreversíveis.
Categoria B	Média quantidade de impactos sociais considerados reversíveis ou mitigáveis.
Categoria C	Pequena ou nenhuma quantidade de impactos sociais.

O significado mais exato de “grande, médio e pequeno” deverá estar ligado a gravidade, extensão e número de habitantes atingidos. Tais parâmetros serão melhor investigados e definidos futuramente, para efeito da metodologia completa de inclusão do risco social.

7. Construção dos parâmetros básicos para análise do risco social

7.1 Metodologia

A partir da análise das características anteriormente descritas, os indicadores propostos enquadram-se nos seguintes estágios: **ótimo; bom; regular; ruim e péssimo**.

No estágio ótimo, a empresa segue normas pertinentes de excelência internacional, além do que é prescrito logo abaixo para o estágio bom. No estágio bom, além de cumprir a legislação, a empresa ou projeto divulga seus preceitos para a comunidade e ao longo da sua cadeia produtiva (fornecedores, clientes e terceirizados).

Em relação ao estágio regular, a empresa ou projeto se atém a obedecer aos princípios legais e de normas de conformidade internacionais. No estágio ruim, a empresa não segue os preceitos legais

No estágio péssimo, a empresa ignora que existam preceitos básicos a serem respeitados.

Esta classificação em estágios dá margem a alguma subjetividade, o que é desejável nesta fase. Ao contrário da definição anterior de modelos de decisão multi-critério, alguns aspectos indicadores podem compensar outros.

7.2 Indicadores de análise da empresa

Os temas dos indicadores aqui propostos são: valores e transparência no ambiente interno da empresa; valores e transparência da empresa em relação à sociedade; relações com os sindicatos; gestão participativa; preocupação com as crianças; valorização da diversidade; remuneração, benefícios e carreira; saúde e segurança do trabalho; empregabilidade; demissões; aposentadoria; fornecedores; consumidores e clientes; e comunidade. Serão avaliados os seguintes critérios em cada capítulo:

Valores e Transparência no ambiente interno da empresa: valores éticos que formam a base da cultura da empresa: se a empresa possui um código de ética e se ele é realmente posto em prática no ambiente organizacional da empresa.

Valores e Transparência da empresa em relação à sociedade: se as empresas realizam um Balanço Social (registro das suas ações voltadas para responsabilidade social) e de que forma isso é feito.

Relações com os sindicatos: política de envolvimento da empresa com sindicatos, se ela oferece entraves à organização dos trabalhadores e se ocorre alinhamento dos seus interesses com os dos seus funcionários.

Gestão participativa: programas de apoio aos empregados no envolvimento de soluções de problemas da empresa.

Preocupação com as crianças: se a empresa utiliza crianças como força de trabalho e se está em conformidade com a Lei dos Aprendizes, a qual impõe procedimentos rígidos em relação aos adolescentes trabalhadores, como, por exemplo, permanência na escola.

Valorização da diversidade: tipos de discriminação que podem ocorrer no ambiente da empresa.

Remuneração, benefícios e carreira: relação existente entre a empresa e seus empregados no tocante ao desenvolvimento profissional do empregado.

Saúde e segurança do trabalho: cumprimento das normas internacionais e nacionais de saúde e segurança do trabalho, sendo utilizado como base certificações dessa área, como a BS (*British Standards*) 8800 e a SA8000.

Empregabilidade: incentivo de programas de geração de emprego e de capacitação profissional da sociedade.

Demissões: comportamento da empresa em relação a demissões, analisando as circunstâncias em que se recorre a essa medida; se há o estudo da situação e da problemática existente antes da demissão, ou se essa é a primeira opção adotada pela empresa.

Aposentadoria: política da empresa frente à aposentadoria dos seus funcionários, se ocorre algum tipo de complemento financeiro à aposentadoria ou se há programas relacionados à participação positiva, na empresa, dos empregados aposentados.

Fornecedores: a relação da empresa com seus fornecedores: critérios da empresa na seleção dos seus fornecedores (se apenas os de mercado, ou se a empresa possui, em sua cadeia logística, parceiros condizentes com sua política de responsabilidade social).

Consumidores e clientes: critérios da empresa no desenvolvimento e comercialização de seus produtos e serviços. Verifica-se se a empresa procura lançar no mercado produtos confiáveis, com as informações detalhadas acerca do seu uso, com serviço de atendimento ao cliente, ouvidoria (*Ombudsman*).

Comunidade: a política de envolvimento comunitário da empresa como, por exemplo, respeito aos costumes locais, apoio a organizações não-governamentais e melhorias das condições sociais.

8. Avaliação da dimensão do projeto

O projeto é avaliado segundo uma matriz de impactos sociais. Assim, conhecendo o tipo de projeto a ser implementado e segundo o plano de ação concebido pela empresa realizadora, projetam-se quais os possíveis impactos que ele pode causar, tais como: deslocamento de populações (autóctones e outras), perda da identidade cultural etc. Se houver mitigações pertinentes, elas serão classificadas segundo as definições abaixo em obrigatórias; reativas; e sensíveis. Seguem as definições de ações (MONTANA et al, 1998 *apud* CORTEGIANO, 2003):

Ações mitigatórias obrigatórias: Atendem aos constrangimentos legais (CHEIBUB e LOCKE, 2002 *apud* CORTEGIANO). O seu cumprimento não atribui pontos.

Ações mitigatórias reativas: Ocorrem quando existem pressões por parte de organizações (associações comerciais, sindicatos, ativista sociais, consumidores etc.), mercadológicas (custo de oportunidade, demanda, concorrência), ou por pressões originadas de situações imprevisíveis (desastres naturais, terrorismo, guerra). Neste caso, ainda que haja pressão no sentido de uma ação responsável, a empresa possui liberdade de se posicionar diante de uma dada situação. São atribuídos pontos para impactos mitigados com ações reativas.

Ações mitigatórias sensíveis: Caracteriza-se por comportamentos pró-ativos e preventivos. Uma empresa socialmente sensível procura evitar o aparecimento de problemas sociais e ambientais ou minimizar seus reflexos, tratando-se de um alto nível de responsabilidade social. Será atribuído maior número de pontos para impactos mitigados com ações sensíveis.

Toda pontuação para efeito do *rating* será compreendida em um intervalo entre 10 e 30 pontos, sendo este último valor (30) referente à pontuação máxima AAA.

9. Conclusão

A emergência do tema da responsabilidade social provém de uma necessidade gritante da população. É preciso que as empresas revejam seus conceitos e a mentalidade do empresariado deixe de ser norteadas pelo lucro máximo, passando por cima do capital humano e do ambiental. Afinal, o bom convívio com a comunidade em seu entorno e com os próprios trabalhadores é, certamente, um caminho eficiente para atingir o bem-estar geral e a saúde da empresa.

A partir dessa idéia, propõe-se a integração do risco social aos riscos financeiro e ambiental, na análise de crédito. Tenta-se favorecer um maior número de projetos com consciência ambiental e social e, além disso, despertar na empresa a necessidade de que todos os projetos incluam essas dimensões, caso contrário, ocorrerão penalizações sob forma de aumento de juros.

Uma avaliação multi-critério é qualitativa e extensa, exigindo muito mais esforço que uma simples avaliação financeira. Seria feita auditoria através de entrevistas e levantamentos de campo, aos quais a empresa não ofereceria entraves, sob risco do empréstimo não ser concedido.

Poderia haver uma parceria do Banco com órgãos e instituições de ensino e pesquisa isentas e idôneas para vencer dificuldades operacionais, com formação de pessoal capacitado.

O ideal seria a sociedade organizada exercer o papel de grande auditor das empresas, mas isso ainda não é uma realidade no Brasil. O Banco de Desenvolvimento será induzido a exercer este papel. Se a empresa não cumprir os preceitos básicos da tríplice agenda, ela será penalizada com uma taxa de juros maior para implementação de novos investimentos. O aspecto financeiro é o ponto mais sensível das empresas, sendo o que se tomou, na metodologia ora proposta, como indutor de uma postura de responsabilidade social das empresas atuantes em todo o território nacional.

10. Bibliografia

- ALTMAN, E. (1968) - *Financial Ratios, Discriminant Analysis and the Prediction of Corporate Bankruptcy*. *Journal of Finance*. Vol. 23, n. 04, p. 589-609.
- BOAVENTURA, P.O.N. Grafos: Teoria, Modelos e Algoritmo. Terceira Edição. Editora Edgard Blucher, 1996
- CANUTO, O. O valor da Responsabilidade das Empresas. *Valor Econômico*, 28/08/2001.
- CAPPELIN, P., MOREL, G. M., PESSANHA, R.L. Organizações Empresariais em face da Responsabilidade Social das Empresas no Brasil. 2002.
- CHEIBUB, Z. B., LOCKE, R. M., KIRSCHNER, A. M et al. “Valores ou Interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social nas empresas” in *Empresa, Empresários e Globalização*. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará. 2002.
- CORTEGIANO, A. de S. M. A. Responsabilidade Social Corporativa – Estudo de Caso da Instalação de Recifes Artificiais na Bacia de Campos. Rio de Janeiro, RJ, dezembro de 2003. Dissertação do programa de pós graduação de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de mestre em ciências em engenharia de produção (PEP/UFRJ)
- DINIZ, E. Neoliberalismo e Corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: Diniz, Eli (Org.). *Empresários e Modernização Econômica: Brasil Anos 90*. Florianópolis: UFSC/Icadon, 1993.
- ELKINGTON, J. Cannibals with forks, the triple bottom line of 21st century business. New Society Publishers. 1998.
- FREIRE, F.S. e REBOUÇAS, T. R. S. Uma Descrição sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro. In Silva, César Augusto Tibúrcio e Freire, Fátima de Souza. *Balanço Social: Teoria e Prática*. Editora Atlas. São Paulo, SP. 2001.
- HAWKEN, P., LOVINS, A., LOVINS, L. H., *Capitalismo Natural, Criando a próxima revolução Industrial*. São Paulo, Editora Cultrix. 1999.
- INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Responsabilidade Social Empresarial – Perspectivas para a ação sindical. Florianópolis, 2004. 132 p.; 30 cm.
- LUTTWAK, E. *Turbo Capitalism, winners and losers in global economy*. Harper Collins Publishers. 1999
- MONTANA, P. J. de, CHARNOV, B. H., *Administração*. São Paulo, Editora Saraiva, 1998.
- MOTTA, R., CALÔBA, G. Análise de Investimentos. Editora Atlas. São Paulo. 2002.
- MOTTA, R. R., CALÔBA G. M., VILLA-FORTE, L. N. Introdução do Risco Ambiental na Avaliação do Risco Financeiro de Pedidos de Financiamento Submetidos a um Banco de Desenvolvimento. *Anais do ENEGEP 2003*. Ouro Preto, MG, 2003. Editora ABEPRO.
- NEVES, C. Análise e Previsão de demanda em projetos industriais e de transportes. Editora UFRJ, 1990
- TOLEDO, O. M. , COSENZA, C. A .N. Um caso de Aplicação da Lógica Fuzzy – o modelo Coppe-Cosenza de lógica fuzzy. XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção ENEGEP 2003, Anais.
- TORRES, C. Responsabilidade Social das Empresas (SER) e Balanço social no Brasil. Dissertação do programa de pós graduação em antropologia e ciência política da universidade federal fluminense (PPGACP/UFF)
- SA 8000 Norma Internacional - SAI Social Accountability International, outubro, 1997.
- SILVA, C. A. T., e FREIRE, F. S. *Balanço Social: Teoria e Prática*. Editora Atlas. São Paulo, SP. 2001.
- SOUZA, H. *Empresa Pública e Cidadã*. Folha de São Paulo, São Paulo, SP, 26 março, 1997, p. 2-2.

Sites: <http://www.ethos.org.br> Consultado em 5 de fevereiro de 2004
www.observatoriosocial.org.br Consultado em 5 de fevereiro de 2004
http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Dadosdosetor/Negocios_2003.asp Consultado em 4 de fevereiro de 2004
<http://www.equator-principles.com/ve.shtml> Consultado em 2 de abril de 2004